



A escassez hídrica e o desafio da sustentabilidade na ilha de Santiago – Cabo Verde

Hélia Vanessa Barros Rocha Semedo – MSc Oceanografia

Técnica da ANAS

heliasedo@gmail.com

Resumo

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como a Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro, Brasil em 1992, constitui uma referência histórica na área do ambiente marcando, assim, a mudança na abordagem da problemática ambiental a nível mundial. Como resultado deste processo, assiste-se à mobilização dos países em programas a nível nacional, regional e internacional. Cabo Verde aderiu, desde a primeira hora, as resoluções da Conferência com base numa abordagem participativa e descentralizada, foram elaborados os documentos para a implementação das referidas convenções. Cabo Verde, desde o ano de 2017 tem enfrentado situação de falta de chuva e consequentemente, a diminuição da recarga dos aquíferos e falta de água para a agricultura. O cálculo do balanço hídrico nas principais ilhas pluviométricas confirma que, na ilha de Santiago, a maior do país, a disponibilidade hídrica é de apenas, $287\text{m}^3/\text{hab}/\text{ano}$ o que corresponde a 2/5 do valor indicativo recomendado pelas Nações Unidas, o qual, por sua vez, define a escassez hídrica. Nas ilhas do Fogo e de Santo Antão, a situação é caracterizada como de stress hídrico obrigando a medidas preventivas urgentes de forma a minimizar riscos maiores. Das cinco (5) albufeiras monitorizadas pela ANAS, Agência Nacional de Águas e Saneamento, encontram-se armazenagem de água inferior a 3,6% da sua capacidade. Face a seca que fustigou o ano de 2017, com acúmulo dos anos anteriores, a situação geral agravou-se: a barragem de Poilão com nível mínimo e insignificante, enquanto que as restantes com nível abaixo da tomada.

Julga-se de todo recomendável, implementar medidas de médio e longo prazo, incluindo ações estruturais, como construção de albufeiras e sistemas de transporte e desvio de água, ações reguladoras do uso do solo, ações de restrição do uso inadequado da água para agricultura em função do hectare cultivado, assim como do tipo de cultivo, bem como, outras medidas não estruturais, como sejam a previsão de fenómenos climáticos extremos e a gestão de riscos, com a consequente elaboração e implementação de planos de emergências.

Palavras-Chave: Escassez, desafio e sustentabilidade.